



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

392
(

Recurso de agravo na apelação cível n. 213.554-2

Agravante: Brasil Telecom Celular S/A

Agravado: Maria do Amparo Vieira Fernandes

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

EMENTA: Civil e Processual civil - Agravo regimental na apelação civil - Impugnação ao cumprimento de sentença - Alegação de acordo extrajudicial - Acordo não homologado e descumprimento do acordo - Óbice a extinção da execução - Valor do débito fixado na sentença acrescido dos encargos nela fixados, abatido os valores pagos no acordo celebrado - Devolução do saldo remanescente, caso existente, do valor penhorado - Aplicação do art. 557 do CPC - Violação ao princípio do duplo grau de jurisdição - Inocorrência - Sentença mantida - Decisão agravada mantida à unanimidade.

1 - Não pode prevalecer o acordo extrajudicial firmado entre as partes, pois, não houve seu cumprimento dentro do prazo estipulado, e, além do mais, não chegou a ser homologado judicialmente, devendo prevalecer o cumprimento da sentença transitada em julgado. Precedentes do STJ.

2 - Inexistência de ofensa ao art. 840 e 849 do CC, pois, o acordo extrajudicial celebrado entre as partes, sem homologação judicial da transação, não retira do documento o caráter de título executivo, embora lhe subtraia a possibilidade de execução como título judicial.

3 - O débito não é só de R\$ 2.330,78, como alega o apelante, pois, a este valor devem ser acrescidos os encargos fixados pelo Juiz *a quo* no despacho de fl. 255, e, na sentença que rejeitou a impugnação e determinou que fossem abatidos os valores pagos no acordo celebrado.

4 - Após, pagos os valores fixados na sentença de fls. 286/286v., caso existente, deve ser liberado o saldo remanescente do valor penhorado.

5- É legítimo o julgamento monocrático com base no art. 557 do CPC, quando constatada, de plano, a improcedência da pretensão recursal. Precedentes do STJ.

6 - O julgamento monocrático pelo relator da causa, ao utilizar os poderes processuais do artigo 557 do Diploma Processual Civil, não ofende o princípio do duplo grau de jurisdição.

7 - Agravo que se nega provimento à unanimidade.

ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do recurso de agravo na apelação cível n. 213.554-2 em que figuram como agravante Brasil Telecom Celular S/A, e, como agravada Maria do Amparo Vieira Fernandes, ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, unanimemente, em negar provimento ao agravo, na conformidade do relatório, do voto, ementa e notas taquigráficas que integram este julgado.

Recife, 29.5.17



EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Recurso de agravo na apelação cível n. 213.554-2

Agravante: Brasil Telecom Celular S/A

Agravado: Maria do Amparo Vieira Fernandes

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

RELATÓRIO

A Brasil Telecom Celular S/A interpôs recurso de agravo contra decisão terminativa (fls. 344/347) proferida nos autos do cumprimento de sentença proposto por Maria do Amparo Vieira Fernandes.

Maria do Amparo ingressou com ação ordinária objetivando indenização por dano moral contra a Brasil Telecom, referida ação foi julgada procedente, com transito em julgado, em 9/2/2011.

Cumprimento de sentença (fls. 251/252): Maria do Amparo peticionou informando não ter sido cumprido o acordo extrajudicial celebrado entre as partes, no prazo previsto, requereu o cumprimento da sentença transitada em julgado, para intimar a Brasil Telecom a pagar a quantia de R\$ 11.618,61, (R\$ 9.682,18 a título de danos morais e R\$ 1.936,43 de honorários advocatícios), atualizado em março de 2011.

Despacho (fl. 255): O Juiz *a quo* deferiu a abertura da fase de cumprimento de sentença, fixou a multa de 10% sobre o valor da execução, com base no art. 475-J do CPC, em face de ter expirado o prazo de 15 dias para o pagamento voluntário. Fixou, ainda, os honorários da fase executiva em 10% do valor da execução. Determinou, que sobre o valor executado incidisse à custa do processo de conhecimento de R\$ 312,17, e da fase procedimental do cumprimento de sentença (0,8% do valor executado, acrescido de R\$ 97,53; e a taxa judiciária mínima de R\$ 15,97, totalizando R\$ 208,95), nos moldes da lei Estadual n. 10.852/92.

Impugnação ao cumprimento de sentença (fls. 272/285): a Brasil Telecom alegou ter cumprido o acordo extrajudicial com apenas 14 dias de atraso.

Sentença da impugnação (fls. 286//286v.): O Juízo *a quo*, proferiu sentença e decidiu:

Rejeitar a impugnação ao cumprimento de sentença em decorrência de ter restado comprovado o atraso de 14 dias no cumprimento do acordo extrajudicial, condenou o impugnante em honorários advocatícios fixados em R\$545,00.

Extinguir a fase do cumprimento de sentença, por ter havido a penhora *on line* do valor executado e já ter sido já levantado à parte incontroversa.

Determinou com o transitio em julgado fossem expedidos alvarás para a exequente proceder ao levantamento do valor de R\$ 2.962,56 (R\$ 968,21- equivalente à multa de 10% do art. 475-J, + R\$ 1.682,18 à diferença do valor pleiteado e do valor depositado, + R\$ 312,17 de custas processuais), com os acréscimos legais.

Determinou, ainda, com o transitio em julgado fossem expedidos alvarás para a advogada da exequente levantar o valor R\$ 2.074,53 (R\$ 336,46, equivalente à diferença do valor pleiteado e do valor depositado, mais os honorários da fase do cumprimento de sentença, R\$ 1.193,07, acrescidos de R\$ 545,00 referentes aos honorários advocatícios da impugnação ao cumprimento de sentença), com os acréscimos legais.

Apelação (fls. 290/298): Brasil Telecom interpôs apelação cível e alegou:

- a) nulidade da sentença por dever prevalecer o acordo extrajudicial firmado entre as partes;
- b) revogação da penhora *on line* de R\$14.645,19, por ser excessivo sendo superior ao valor requerido pela exequente (R\$ 11.930,78), no cumprimento de sentença, devendo ser mantida a penhora somente de R\$ 2.330,78;
- c) caso, superada, as alegações acima, e, considerando devidos os valores indicados na sentença, abater o valor já pago.

Decisão Agravada (fls. 344/347): Proferi decisão terminativa, com base no art. 557, *caput*, do CPC, dando parcial provimento à apelação cível, apenas, para determinar que após o pagamento dos valores constantes da sentença de fls. 286/286v., devidamente atualizados, caso exista saldo do valor penhorado, seja o mesmo liberado para o apelante.

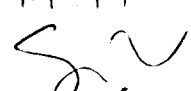
Recurso de Agravo (fls. 351/361): A Brasil Telecom em seu recurso de agravo fez as mesmas alegações do seu recurso de apelação e acresceu:

- d) ofensa ao caput do art.557 do CPC;
- e) ofensa ao princípio do duplo grau de jurisdição e aos artigos 5º incisos LIV e LV da Constituição Federal.

Com estes argumentos, requereu a reforma da decisão para dar provimento ao recurso de apelação n. 213.554-2, ou caso assim não entenda, seja submetido o recurso à apreciação da Câmara Cível.

Requereu, ainda, serem publicadas as intimações no nome do Dr. Erik Limongi Sial – OAB/PE n. 15.178.

É o relatório. Feito fora de pauta.

Recife, 21.11.11


EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

344

Recurso de agravo na apelação cível n. 213.554-2

Agravante: Brasil Telecom Celular S/A

Agravado: Maria do Amparo Vieira Fernandes

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

VOTO

Pressupostos de admissibilidade recursal devidamente preenchidos.

Nos termos do disposto no art. 557, §1º, do CPC não exerço qualquer juízo de retratação sobre a decisão terminativa prolatada às fls. 344/347 dos autos do recurso de apelação cível n. 213.554-2.

a) Quanto à nulidade da sentença por dever prevalecer o acordo extrajudicial firmado entre as partes

Referida alegação foi apreciada na decisão terminativa por mim proferida conforme trecho a seguir transcrito (fls. 345/346):

"(...)

a) Quanto à nulidade da sentença por dever prevalecer o acordo extrajudicial firmado entre as partes

Alega a apelante/Brasil Telecom não ter havido descumprimento do acordo extrajudicial, devendo o mesmo prevalecer, pois, depositou o valor ajustado entre as partes de R\$9.600,00, com, apenas, 14 dias de atraso.

Ora, a própria apelante reconhece ter efetuado o depósito do valor acordado entre as partes fora do prazo, dando ensejo ao descumprimento do acordo extrajudicial.

Além do mais, o acordo extrajudicial sem homologação não é título executivo judicial, e, sim, extrajudicial, ou seja, não substitui a sentença proferida no processo.

Assim, o acordo extrajudicial sem homologação não impede o curso do processo, podendo a sentença transitada em julgado ser executada, respeitada a compensação dos valores pagos no mencionado acordo.

Neste sentido o Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ÍNDICE DE 28,86%. TEMA CONTROVERTIDO NO ÂMBITO DESTA CORTE. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR COM ARRIMO NO ARTIGO 557 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. TÍTULO JUDICIAL. TRANSAÇÃO. AUSÊNCIA DE HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL. ÓBICE A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. RESSALVA QUANTO AO DIREITO DE COMPENSAÇÃO COM VALORES PAGOS ADMINISTRATIVAMENTE. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

1. É superada eventual ofensa ao art. 557 do Código de Processo Civil pelo julgamento colegiado do agravo regimental interposto contra a decisão singular do Relator.

2. Embora o acordo tenha sido celebrado após a sentença de mérito, nos termos do art. 741, inciso VI, não há como se extinguir a execução com se este não foi homologado judicialmente e não houve comprovação quanto ao seu efetivo cumprimento.

3. Não se pode elidir a faculdade de o Executado comprovar, por quaisquer meios permitidos em direito, a ocorrência de pagamentos relativos à pretensão julgada procedente no processo de conhecimento, de modo a excluir dos cálculos da execução eventuais valores já pagos pela Administração.

4. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no REsp: 1171542 RS 2009/0238421-0, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 18/05/2010, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 14/06/2010)" (Original sem destaque)

E, ainda:

"CIVIL E PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. NOTA PROMISSÓRIA. TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL. AUSÊNCIA DE HOMOLOGAÇÃO. INADIMPLENTO. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO. PENHORA DE BENS DO INTERVENIENTE GARANTE NA TRANSAÇÃO. EMBARGOS DO DEVEDOR. ILEGITIMIDADE. RECONHECIMENTO.

1. A ausência de homologação judicial do instrumento de transação, por si só, não retira do documento o caráter de título executivo, embora lhe subtraia a possibilidade de execução como título judicial.

2. Em caso de descumprimento do acordo e prosseguimento da execução originária, o devedor solidário, que assumira essa condição na transação firmada extrajudicialmente e não homologada, é parte ilegítima.

3. Inexistem elementos nos autos que permitam afirmar que a transação celebrada preenche os requisitos necessários à configuração de título executivo extrajudicial.

4. Prejudicada a análise das alegações de prescrição intercorrente e impenhorabilidade do bem de família.

5. Recurso especial provido. (REsp 1061233/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2011, DJe 14/09/2011)" (Original sem destaque)

Corroborando com o assunto destaco trecho do Voto da Min. Relatora Nancy Andrichy, no julgamento do Resp. 1061233/SO a seguir transcrito:

"(...)

A outra conclusão não se poderia chegar, afinal, como a transação não foi homologada judicialmente, não poderia o banco exequente pretender seu cumprimento judicial - conforme já esclarecido, para que o acordo seja considerado título executivo judicial, ele depende de homologação. Diante do inadimplemento do acordo, restava-lhe, portanto, requerer o prosseguimento da execução da nota promissória, já iniciada. (Original sem destaque)

Portanto, correta a decisão do Juiz a quo em dar prosseguimento ao cumprimento de sentença, em decorrência do descumprimento do acordo extrajudicial e pela ausência de sua homologação.

(...)" (Original sem destaque)

Desta forma, não houve ofensa ao art. 840 e 849 do CC, pois, o acordo extrajudicial celebrado entre as partes, sem homologação judicial da transação, não retira do documento o caráter de título executivo, embora lhe subtraia a possibilidade de execução como título judicial.

Portanto, não pode prevalecer o acordo extrajudicial firmado entre as partes, pois, não houve seu cumprimento dentro do prazo estipulado, e, além do mais, não chegou a ser homologado judicialmente, devendo prevalecer o cumprimento da sentença transitada em julgado.

395
1

b) Quanto à revogação da penhora on line de R\$14.645,19, por ser excessivo sendo superior ao valor requerido pela exequente (R\$ 11.930,78), no cumprimento de sentença, devendo ser mantida a penhora somente de R\$ 2.330,78

Referidos argumentos do agravante, foram apreciados na decisão terminativa (fls.346/347) a seguir transcrita:

"(...)

b) Quanto à revogação da penhora on line de R\$14.645,19, por ser excessiva, sendo superior ao valor requerido pela exequente (R\$ 11.930,78), no cumprimento de sentença, devendo ser mantida a penhora somente de R\$ 2.330,78

Alega o apelante/Brasil Telecom dever ser revogada a penhora on line de R\$ 14.645,19, por dois motivos:

1 - ter sido levantado pela apelada o valor referente ao acordo extrajudicial de R\$ 9.600,00;

2 - ter a apelada requerido no cumprimento de sentença o pagamento do débito de R\$ 11.930,78, assim, abatendo-se o valor já pago restaria um débito de R\$ 2.330,78, sendo a penhora excessiva.

Verifico nos presentes autos ter a apelada peticionado requerendo o prosseguimento do cumprimento de sentença, transitada em julgado, no valor de R\$ 11.930,78, em decorrência de não ter sido cumprido, no prazo avençado, o acordo extrajudicial (fls. 253/254).

Em ato contínuo o Juiz a quo ao receber a mencionada petição da apelada proferiu despacho fixando (fl.255):

- a) multa de 10% sobre o valor da execução, com base no art. 475-J do CPC, em face de ter expirado o prazo de 15 dias para o pagamento voluntário;**
- b) honorários da fase executiva em 10% do valor da execução.**
- c) custas do processo de conhecimento de R\$ 312,17, e da fase procedimental do cumprimento de sentença (0,8% do valor executado, acrescido de R\$ 97,53; e a taxa judiciária mínima de R\$ 15,97, totalizando R\$ 208,95), nos moldes da lei Estadual n. 10.852/92;**
- d) deferiu o bloqueio pelo sistema Bacen jud no valor de R\$ 14.645,19.**

Ressalto não ter sido interposto qualquer recurso pela apelante/Brasil Telecom contra referido despacho de fl. 255, operando-se a preclusão consumativa.

Neste sentido nossos Tribunais:

"PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE MULTA COMINATÓRIA. COBRANÇA DO VALOR DAS ASTREINTES ATUALIZADO. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO ESPONTÂNEO PELA EXECUTADA. DECISÃO DETERMINANDO A INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 475-J, DO CPC, E FIXANDO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE 10% PELA INSTAURAÇÃO DA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRECLUSÃO DA DECISÃO. PENHORA DE QUANTIA VIA BACENJUD. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE

SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TÍTULO EXECUTIVO. REJEIÇÃO. ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO IMPORTE DE R\$ 2.000,00 PELA SUCUMBÊNCIA DA EXECUTADA. APESENTAÇÃO DE NOVOS CÁLCULOS PELO EXEQUENTE, ACRESCIDOS DOS DÉBITOS ACESSÓRIOS, EXIGINDO O PAGAMENTO DE VALOR REMANESCENTE. NOVA PENHORA. NOVA IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DECISÃO FIXANDO O VALOR REMANESCENTE DA EXECUÇÃO EM PATAMAR DIVERSO DO PLEITEADO NOS CÁLCULOS DA EXEQUENTE/IMPUGNADA E DA EXECUTADA/IMPUGNANTE. EXCLUSÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE 10% SOBRE O VALOR DA EXECUÇÃO. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO PELO EXEQUENTE. ALEGAÇÃO DE PRECLUSÃO PELA EXECUTADA/AGRAVADA DA POSSIBILIDADE DE IMPUGNAR OS CÁLCULOS DA EXECUÇÃO. PEDIDO DE INCLUSÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE 10% SOBRE O VALOR DA EXECUÇÃO NO CÁLCULO DO VALOR DEVIDO.

1. SÃO DEVIDOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE DEZ POR CENTO (10%) SOBRE O VALOR DA EXECUÇÃO, POIS ESTES FORAM ARBITRADOS POR DECISÃO PROFERIDA NO FEITO ORIGINÁRIO, QUE RESTOU PRECLUSA, ANTE A AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

2. A EXIGÊNCIA CUMULADA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM RAZÃO DA INSTAURAÇÃO DA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E RESISTÊNCIA DA EXECUTADA/AGRAVADA E DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS EM RAZÃO DA SUCUMBÊNCIA DESTA NO INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, NÃO CARACTERIZA BIS IN IDEM, POIS AMBAS AS COBRANÇAS TÊM FUNDAMENTOS DIVERSOS.

(...)

5. AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJ-DF - AGI: 20130020139532 DF 0014801-95.2013.8.07.0000, Relator: ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS, Data de Julgamento: 31/07/2013, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 08/08/2013 . Pág.: 131)" (Original sem destaque)

Assim, no cumprimento de sentença, além do valor atualizado do débito corrigido pela apelada até 10/3/2011, totalizando R\$ 11.930,78, o Juiz a quo, acresceu os encargos fixados no despacho de fls. 255 e os encargos fixados na sentença que julgou a impugnação, abatido o valor já pago no acordo extrajudicial.

Desta feita, o débito não é só de R\$ 2.330,0,78 como alega o apelante, pois, a este valor devem ser acrescidos os encargos fixados pelo Juiz a quo no despacho de fl. 255 e na sentença que rejeitou a impugnação (fls.286/286v.).

(...)" (Original sem destaque)

Portanto, o débito não é só de R\$ 2.330,78, como alega o apelante, pois, a este valor devem ser acrescidos os encargos fixados pelo Juiz a quo no despacho de fl. 255, e, na sentença que rejeitou a impugnação (fls.286/286v.).

c) Quanto a caso, superada, as alegações acima, e, considerando devidos os valores indicados na sentença, abater o valor já pago

Referidas alegações, também, foram apreciadas na decisão terminativa (fl.347) a seguir transcrita:

"(...)

c) Quanto a caso, superada, as alegações acima, e, considerando devidos os valores indicados na sentença, abater o valor já pago, devendo a penhora subsistir, apenas, pelo saldo remanescente

Por fim, alega a apelante que caso seja considerado correto os valores fixados na sentença do Juiz *a quo* (R\$ 14.649,19), que seja abatido o valor já pago na transação extrajudicial (R\$9.6000,00), devendo subsistir, apenas, o saldo remanescente de R\$ 5.045,19, liberando o restante do valor penhorado.

Como restou apreciado no item anterior o Juiz *a quo* fixou corretamente os valores devidos pela apelante, **inclusive tendo abatido o valor já pago no acordo extrajudicial de R\$ 9.600,00.**

Porém, restou determinar na mencionada sentença, que após, pago o débito devidamente atualizado, **fosse liberado o saldo remanescente do valor penhorado, embora seja uma consequência lógica.**

Portanto, neste sentido deve-se dar parcial provimento a apelação para que, após, pagos os valores fixados na sentença de fls. 286/286v., seja liberado o saldo remanescente do valor penhorado de R\$ 14.645,19.

(...)"(Original sem destaque)

Portanto, na decisão agravada, dei parcial provimento a apelação para, após, pagos os valores fixados na sentença de fls. 286/286v., fosse liberado o saldo remanescente do valor penhorado de R\$ 14.645,19.

d) Quanto à alegação de impossibilidade de se aplicar o art. 557, caput, CPC

No tocante à alegação da agravante, sustentando a impossibilidade de aplicação do art. 557 do CPC, ao caso em epígrafe, entendo não haver plausibilidade.

Como é cediço, tal previsão – negar seguimento monocraticamente ao recurso - diz respeito a um juízo de valor monocrático do Desembargador. A própria lei autorizou a possibilidade de apreciação monocrática do relator, para inadmissão dos recursos, independentemente da demonstração de jurisprudência pacífica no sentido da decisão.

Numa leitura mais atenta do *caput*, do art. 557, do Código de Processo Civil, extrai-se que o relator negará seguimento, monocraticamente, dentre outros casos, aos recursos manifestamente improcedentes, exatamente o caso em apreço, sem necessidade de fundamentação em súmula ou jurisprudência dominante.

A lei somente impõe deva a decisão monocrática estar fundamentada em jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior, nos casos de provimento do recurso, de acordo com o §1º, do art. 557, do CPC.

Dessa forma, caracteriza-se a manifesta improcedência, quando a questão de direito em exame, ou seja, o mérito recursal, não se vislumbra ser provido. É um juízo de valor do relator. Segundo Araken de Assis: "(...) o primeiro contato do relator com o recurso já revela

que o recorrente não tem razão (...)”(ASSIS, Araken. Manual dos recursos. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2007. p. 274), ou seja, ao analisar o mérito recursal, o relator não encontra guarida para provê-lo.

No caso em tela, a decisão em comento está baseada na jurisprudência dominante do STJ, restando infundada a insatisfação da agravante.

e) Quanto à ofensa ao princípio do duplo grau de jurisdição e aos artigos 5º incisos LIV e LV da Constituição Federal

Neste sentido, também, não assiste razão as alegações da agravante, pois, o julgamento monocrático não ofende o duplo grau de jurisdição.

Neste sentido o Superior Tribunal de Justiça:

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. POSSIBILIDADE. HONORÁRIOS. ALVARÁ DE LEVANTAMENTO. SOCIEDADE DE ADVOGADOS. INSTRUMENTO PROCURATÓRIO. IMPRESCINDIBILIDADE.

1. O julgamento monocrático pelo relator da causa, ao utilizar os poderes processuais do artigo 557 do Diploma Processual Civil, não ofende o princípio do duplo grau de jurisdição quando o recurso especial se revela em confronto com jurisprudência dominante.

2. Se a Sociedade de Advogados não constar expressamente do instrumento de mandato, impossível a execução e o levantamento da verba honorária por ela.

3. Agravo regimental ao qual se nega provimento.

(AgRg no REsp 1251408/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 20/09/2012, DJe 01/10/2012)"
(Original sem destaque)

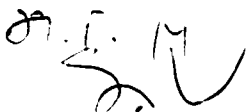
Portanto, o julgamento monocrático não infringiu o princípio do duplo grau de jurisdição, e, tampouco, ao artigo 5º incisos LIV e LV da Constituição Federal.

Por fim, defiro o pedido de serem publicadas as intimações no nome do Dr. Erik Limongi Sial – OAB/PE n. 15.178.

Em face do exposto, voto pelo **NÃO PROVIMENTO** do presente recurso de agravo, para manter a decisão monocrática.

É o voto.

Recife,



EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator